



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 30 de janeiro de 2013

JORNAL DO COMMERCIO Confiança no nível de 2011..... ECONOMIA	1
JORNAL DO COMMERCIO Pesquisa da CNI indica forte retração da produção ECONOMIA	2
A CRITICA sim & não OPINIÃO	3
A CRITICA Entrevista>Mario Frota..... ECONOMIA	4
A CRITICA Empreendedorismo e menos burocracia ECONOMIA	5
A CRITICA Ciclo da borracha e a ZFM-Parte IV ECONOMIA	6
MASKATE Ciência e Tecnologia, o rumo e a sinergia da transformação.....	7
MASKATE Ciência e Tecnologia, o rumo e a sinergia da transformação (continuação)	8
MASKATE Ciência e Tecnologia, o rumo e a sinergia da transformação (continuação)	9

Confiança no nível de 2011

O ICI (Índice de Confiança da Indústria) manteve-se praticamente estável em janeiro em relação ao que foi registrado no final do mês anterior, ao passar de 106,4 pontos para 106,5 pontos, mas atingiu o maior nível desde junho de 2011, informou a FGV (Fundação Getúlio Vargas) nesta terça-feira (29).

Segundo a FGV, o ISA (Índice da Situação Atual) avançou 0,3%, para 106,8 pontos, mas o resultado foi compensado pela queda de 0,1% no IE (Índice de Expectativas), para 106,1 pontos. O indicador que avalia o nível de demanda foi o que mais contribuiu para o resultado do ISA, com alta de 1,1% em relação a dezembro. O indicador atingiu 105,8 pontos, o maior patamar desde julho de 2011, quando estava em 107,8.

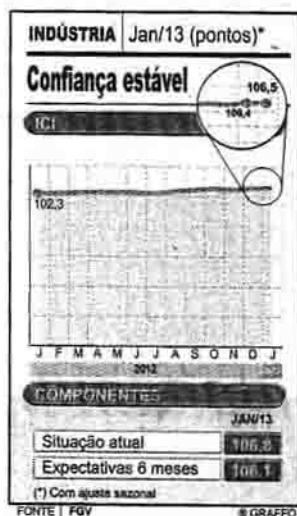
A parcela de empresas que avaliam o nível de demanda atual como forte aumentou de 14,7% para 16,4%, enquanto a proporção das que o consideram fraco passou de 10,1% para 10,6%. Já o quesito produção prevista foi o que mais influenciou a leitura do IE, com recuo de 2,3% em janeiro, para 132,2 pontos.

A proporção de empresas esperando menor produção aumentou de 4,1% para 8,4%, enquanto a parcela das que preveem maior produção, passou de 39,4% para 40,6%. O Nuci (Nível de Utilização da Capacidade Instalada) alcançou 84,4% em janeiro, ante 84,1% em dezembro, maior nível

desde fevereiro de 2011.

"Apesar da estabilidade no mês, o ICI manteve-se pelo quinto mês consecutivo acima da média histórica. Analisado em conjunto com a ampliação do uso da capacidade instalada em janeiro, o resultado sugere aceleração do crescimento do setor industrial na virada de ano", informou a FGV em comunicado.

Dados recentes vêm mostrando dificuldades do setor industrial, beneficiado por medidas de estímulo do governo, em concretizar uma recuperação mais efetiva nos meses mais recentes. Em novembro, a produção industrial caiu 0,6% sobre outubro e empurrou a expectativa de maior recuperação do setor para este ano. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) divulga na sexta-feira os dados de dezembro da produção industrial.



Pesquisa da CNI indica forte retração da produção

A indústria registrou forte recuo de 8,6 pontos em dezembro. Caiu de 49,8 pontos, em novembro, para 41,2 pontos, menor valor da série mensal iniciada em janeiro de 2010, de acordo com a Sondagem Industrial, pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que consultou 1.751 empresas de diferentes portes entre os dias 7 e 17 deste mês.

Com a queda da produção, a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) caiu de 46 para 42,2 pontos na comparação com o mês anterior, abaixo, portanto, da média usual de 50 pontos, o que reverteu os sinais de recuperação esboçados no trimestre anterior. Queda que a CNI atribui em parte ao efeito sazonal de fim de ano.

Apesar do fraco desempenho em dezembro, a indústria conseguiu manter seus estoques ajustados ao nível planejado, segundo análise técnica da pesquisa. As expectativas, influenciadas pela sazonalidade, registram melhora na comparação com os meses anteriores, exceto no que se refere às vendas externas. A CNI acrescenta que a atividade industrial encerra 2012 como iniciou: "debilitada". Além das retrações na produção e na UCI, o emprego na indústria também recuou, e o conjunto dessas dificuldades traz dúvidas sobre a trajetória de retomada da atividade industrial em 2013.

sim & não

Decisão do MF fortalece Zona Franca

Decisão tomada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) do Ministério da Fazenda (MF) reforça a luta do AM para manter sua política fiscal de atração de investidores para o Polo Industrial de Manaus. O objeto do processo julgado são indústrias de calçados do Ceará e da Bahia, mas beneficiou também o AM, porque, com a decisão, a Receita Federal não poderá mais cobrar o Imposto de Renda sobre o valor que as empresas recebem da renúncia do ICMS.

Valores Para se entender o que significa a nota anterior, a coluna transforma a decisão do MF em valores. Ou seja, a partir de agora, a Receita Federal deixará de cobrar das empresas do PIM, por ano, algo em torno de R\$ 4 bilhões, que devem se converter em investimento.

Tese A tese que derruba a cobrança do IR sobre os incentivos fiscais está fundada no entendimento de que a subvenção é contabilizada para investimento e não para composição de capital, como entendia a Receita Federal.

Porto seguro Contando a maré de notícias favoráveis ao PIM, vindas desde o ano passado, quando o STF acolheu Adin do AM contra SP sobre a produção de tablets, o titular da

Sefaz, Afonso Lobo, resumiu: “O PIM está se confirmando como um porto seguro”.

Manaus, quarta-feira, 30 de janeiro de 2013.

Entrevista>Mario Frota

Para fomentar ainda mais o desenvolvimento em Manaus, vereador quer que o prefeito Artur Neto crie a **Secretaria de Indústria e Comércio**

'Secretaria pode ser criada sem passar pelos vereadores'



CARLOS BRANCO
da equipe de A CRÍTICA

O vereador Mário Frota (PSDB) defende a criação da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e acha que uma alternativa para retirar os camelôs das ruas é alojá-los em prédios "abandonados" do Centro, ideia, segundo ele, com a qual o prefeito Artur Neto demonstrou grande simpatia. A seguir a entrevista.

Por que uma Secretaria Municipal de Indústria e Comércio?
Várias capitais no Brasil têm

essa secretaria. Manaus é o sexto PIB do Brasil. Aqui também temos um grande polo industrial, com 650 empresas e dois segmentos fortes: o de eletroeletrônicos e o de duas rodas. Chegou a hora, no meu humilde entendimento, de os governantes de Manaus terem uma aproximação maior com as empresas do Distrito Industrial e uma preocupação com a atração de investimentos, geração de ocupação e renda.

O senhor já falou com o prefeito Artur Neto sobre o assunto?
Não, ainda não falei com ele, mas pretendo falar assim que ele re-



"No sábado, os muitos camelôs estavam conosco e eles próprios se encarregaram de apontar os prédios que estavam "abandonados"

tornar de Brasília, onde se encontra hoje (ontem), participando do encontro de prefeitos com a presidente Dilma Rousseff.

A propósito, o senhor tem conversado regularmente com o prefeito?

Tenho, sim! No sábado, por exemplo, convidei e ele foi comigo conhecer uma galeria comercial recentemente inaugurada no Centro da cidade. Descobrimos e agora sabemos que existem inúmeros prédios com as portas fechadas, quando podiam estar funcionando.

Seriam, por acaso, uma

alternativa para acomodar os camelôs?

Sim. Isso foi feito em Florianópolis. Aliás, no sábado, muitos camelôs estavam conosco. O prefeito Artur gostou da ideia, ele ficou entusiasmado. Aliás, no meu entendimento, os camelôs são o maior desafio de sua gestão.

O que o senhor acha que os camelôs pensam disso?

Muitos deles estavam conosco e eles próprios se encarregaram de apontar os prédios que estavam "abandonados".

Se o Executivo não quiser, o projeto de criação da

secretaria não anda.

Sim. É prerrogativa desse poder criar, extinguir ou modificar a estrutura administrativa municipal. Aliás, como o prefeito obteve um "cheque em branco" com a Lei Delegada, poderá fazer isso sem passar com o projeto pela Câmara Municipal de Manaus. A mim restaria o bônus da indicação.

Com a indicação, o senhor estaria se apresentando para o cargo ou tem algum nome em vista?

Não. Eu acho que deve ser alguém do ramo, empresário, mas com elevado espírito público.

Empreendedorismo e menos burocracia

Discussão sobre o fortalecimento das micro e pequenas empresas sugere esse posicionamento

ADAN GARANTIZADO
adan@acritica.com.br

Acabar com a burocracia na hora de abrir um pequeno negócio e desenvolver a política nacional do empreendedorismo, incentivando o surgimento de novas microempresas. Esses dois objetivos fazem parte da agenda nacional de desenvolvimento e competitividade das microempresas e empresas de pequeno porte, que vem sendo formulada pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Ontem, no auditório do Sebrae (Centro), representantes do Ministério se reuniram com segmentos da indústria, comércio, municípios e os próprios microempresários para discutir a agenda. A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan) e os deputados estaduais Adjuto Afonso e José Ricardo também participaram dos debates.

A professora Ednalva Fernandes Costa de Moraes, diretora do Centro de apoio ao desenvolvimento tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB) detalhou o projeto da agenda aos participantes e destacou a importância do plano para o Brasil. "Os países evo-

Salta mais

→ Título

No Brasil, as atividades de micro e pequenas empresas se concentram, em sua maioria no comércio (59%). A pequena indústria vem em seguida, com 22%. O setor de serviços concentra 19% das microempresas. Boa parte dos negócios de pequeno porte permanece informal.

luidos garantem o crescimento econômico investindo em pequenos negócios. O Brasil precisa seguir o mesmo caminho, criando sua agenda nacional", relatou.

A proposta do MDIC é formular o documento ouvindo sugestões do empresariado, universidades e sociedade civil, durante oficinas e fóruns permanentes. Em Manaus, o encontro acontecerá no dia 4 de abril. "O fórum é uma necessidade e vamos convidar o máximo de instituições que pudermos, para que as mesmas participem e tragam suas ideias", contou a chefe do Departamento de Micro e Pequenas Empresas da Seplan Judith Sanches. A Agenda também deve se tornar um anteprojeto complementar para a lei ge-



Ednalva Fernandes, da UnB, ministrou palestra ontem sobre a elaboração da Agenda Nacional das Microempresas

ral das microempresas (123/2006). "Hoje tivemos uma espécie de esquentar. Com certeza todos sairemos daqui com a noção da importância dessa agenda para o país. Vamos fazer nossa parte junto aos pequenos empresários", comentou o diretor do Sebrae, Mauricio Seffair.

GARGALOS

Os entraves na hora de abrir um negócio de pequeno porte são

apontados como o grande motivo para que pequenos comerciantes continuem na informalidade. Com projetos como a agenda, o Governo Federal pretende inserir as pequenas empresas nacionais no mercado mundial, incentivando a exportação dos produtos. No Amazonas, 57 microempresas já trabalham com exportação, o que rende um faturamento ainda tímido de R\$ 10 milhões anuais.

As pequenas e microempresas locais representam apenas 3% do PIB do Estado. Segundo o MDIC, os números poderiam ser melhores se os pequenos negócios no interior do Estado fossem formalizados. A lei geral das microempresas é regulamentada em 47 municípios no Amazonas, mas vem sendo implementada em apenas 7. As dificuldades de acesso aos municípios também atrapalham.



Temos participado de vários debates e sempre a pouca contribuição dos municípios para a economia do Estado vem à tona. O que ninguém enxerga muitas vezes é o nosso lado. Há alguns anos, fizemos um estudo chamado de "vazio institucional". A presidente Dilma ainda era inclusive ministra e veio até o Amazonas debater este estudo conosco. Não há como se desenvolver os municípios do Estado sem ter instituições do Governo presentes. O único órgão de nível federal que encontramos em todos os municípios são os Correios. Só dez municípios no Amazonas possuem agências do INSS. A própria Suframa não tem nenhum representante dos municípios em seu conselho, o que deveria acontecer desde que a Região Metropolitana de Manaus foi instituída. E isso acarreta uma série de outros problemas. Assim fica difícil desenvolver qualquer tipo de política. Por isso que toda vez que o Governo Federal anuncia uma benesse, eu fico com o "pé atrás". Precisamos olhar com outros olhos para os municípios do Estado.

Ciclo da borracha e a ZFM-Parte IV

Findo o período áureo da borracha por volta de 1913, a Amazônia mergulhou em prolongado processo de estagnação. Seringais abandonados, processo migratório reverso inchando as cidades sedes municipais, sobretudo Manaus e Belém. Assim permaneceu até o regime ditatorial do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945). Nos anos 1940 ocorrem mudanças estruturais relevantes. Por essa época as fronteiras Norte e Centro-Oeste encontravam-se relegadas ao abandono. O ponto de inflexão da presença governamental na região foi proporcionado por Vargas. Em seu histórico discurso do "Rio Amazona", pronunciado por ocasião da visita (raríssima, de um chefe do Executivo) à região naquele ano, e no programa

"Marcha para o Oeste", que lançaram bases da ação governamental visando promover a "conquista" da Amazônia. Em 1942, de acordo com o economista Armando Dias Mendes, organizador da obra "Amazônia - Terra e Civilização: uma trajetória de 60 anos", de 2004, "um mês antes da entrada do Brasil na II Guerra Mundial e ao abrigo dos Acordos de Washington (de março do mesmo ano), foi criado o BCB - Banco de Crédito da Borracha. Em 1943, foram instituídos os Territórios do Amapá, Guaporé (Rondônia) e do Rio Branco (Roraima) e a Fundação Brasil Central". E também o SNAPP (Serviço de Navegação da Amazônia) e a Fundação SESP, com o encargo de atuar nas áreas de saúde pública e saneamento. Findo o

Osiris
Silva

E-MAIL:
OSIRISASILVA@
GMAIL.COM



esforço de guerra dos aliados, em 1945, diversos desses instrumentos, base da participação do Brasil na Batalha da Borracha, foram desativados. Desta vez, empresariado e governo, conscientes do perigo da aproximação de novo ciclo de estagnação econômica, juntaram forças. O governo da União, levando em conta demandas das classes empresariais adotou política de incentivos fiscais voltada à industrialização da borracha amazônica no país, embora não obrigatoriamente aqui na região. Por meio da Assembleia Nacional Constituinte de 1946 instituiu-se o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, cujas ações foram assumidas, a partir 1953, pela Superintendência do Fundo, a SPVEA. O BCB, já transformado em BCA - Banco

de Crédito da Amazônia, de ação regional, por decisão da CEDB - Comissão Executiva de Defesa da Borracha, passa a atuar como monopolista do setor. Escreveu Armando Mendes: "SPVEA e BCA constituem, portanto, os primeiros instrumentos de uma política brasileira de desenvolvimento regional econômico e social". Além da produção de borracha, mantida, no período 1959-1963, em torno de 30 mil toneladas, a região valoriza o extrativismo: castanha-do-pará, cacau, guaraná, pau-rosa, balata, piaçava, óleos essenciais, madeiras, fibras vegetais. Simultaneamente, intensifica-se o ciclo de exploração mineral: cassiterita em Rondônia e Amapá, petróleo no Amazonas; alumínio, no rio Trombetas, minério de ferro, em Carajás,

caulim, titânio e bauxita metalúrgica, em Paragominas. Em 1965 é posta em marcha, pelo regime militar, a "Operação Amazônia", da qual resultou, em 1966, a criação da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, em substituição à SPVEA, e do BASA - Banco da Amazônia, sucessor do BCA. Em 1967, regulamentação da Zona Franca de Manaus, e, em 1970, ocorre o lançamento da rodovia Transamazônica. Lamentavelmente, parte desse conjunto institucional é desmontada nos anos 1990. Com a extinção da SUDAM, envolta ao maior escândalo de corrupção decorrente de manipulação política de recursos dos incentivos fiscais, a região perde seu referencial de planejamento. Quanto à ZFM, não consegue se desvencilhar do modelo institucional que lhe deu formato operacional em 1967.

Ciência e Tecnologia, o rumo e a sinergia da transformação



As promessas das cadeias produtivas

Para atender demandas Fapeam faz sua parte. As experiências são múltiplas, os ensaios promissores e os avanços, muitos deles, robustos e elucidativos. O polo industrial se expande, mas tem data de vigência fiscal e restrições infraestruturais. No relato das entidades, emergiram as experiências do setor agrícola, as novas cadeias produtivas; em se tratando de novas tecnologias, o encanto das conquistas da Fucapi, na inovação e no design tropical... No âmbito estadual, os novos arranjos produtivos da conservação e manejo florestal, as

promessas da geodiversidade, da aquicultura, do polo de fertilizantes, naval, gás-químico, as experiências simbólicas, proféticas e arrojadas da Agência de Financiamento, seus percalços, crenças e conquistas, concomitantes à união de missões e propósitos do Inpa/Suframa, otimizando presença e recursos federais na região, apostando na migração do conhecimento e dos projetos desde o laboratório até o chão de fábrica. Enfim, uma listagem de ações robustas que sugerem a iminência de significativas transformações.

Ciência e Tecnologia, o rumo e a sinergia da transformação (continuação)

Progresso não impressiona

A estimativa é a movimentação de aproximadamente R\$ 1 bilhão em negócios com a construção de barcos esportivos e de luxo, lazer, turismo, além de flutuantes, balsas e pequenas embarcações. Para o representante do Sindnaval o Pólo tem potencial para tornar o Amazonas o maior centro de consertos de navios do país. "Temos a vantagem das águas profundas e calmas, além da isenção alfandegária", comemora.

Por outro lado, o

deputado Luiz Castro (PPS), em parceria com o Ministério Público Federal, deve agendar uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado para aprofundar os debates em torno dos impactos sociais e econômicos da implantação do Polo Naval. O objetivo é dar oportunidade para que as comunidades tradicionais se manifestem. De acordo com o deputado, nenhum dos líderes comunitários foram ouvidos até agora.

Líderes comunitários

A audiência que também contará com a presença de representantes do Ministério Público Federal, que já tem um inquérito civil aberto para investigar impactos ambientais relacionados à instalação do projeto e vai abrir outro procedimento para apurar os impactos sociais e culturais sobre as comunidades tradicionais da área.

O procurador da República Júlio Araújo comenta que a questão fundiária do local já é alvo de procedimentos do MPF desde 2004 em razão de investidas do Exército Brasileiro para a retirada de famílias do local. "Não é possível deixar de analisar a tradicionalidade das comunidades no local, em seus aspectos sociais e culturais", explica.

Processo de implantação

Enquanto isso, o Governo do Estado e a Suframa seguem definindo o grupo de trabalho e o calendário de atividades para a construção. A previsão é que o projeto master do distrito naval de Manaus esteja concluído em meados do primeiro semestre deste ano. Desde janeiro de 2011, vêm sendo delineadas ações para a implantação do polo naval. Estão previstos projetos para a integração da cadeia produtiva, legalização das condições trabalhistas, atualização e

aperfeiçoamento dos profissionais do setor e atualização tecnológica.

Em março de 2012, a Seplan realizou um seminário com o objetivo de orientar os empreendedores quanto às alternativas de contratação de crédito para a expansão desses negócios. Somente a Afeam (Agência de Fomento do Estado do Amazonas) reservou R\$ 15 milhões para o financiamento de projetos no polo naval, além de linhas de crédito no Basa, Banco do Brasil e Caixa.

Manaus, quarta-feira, 30 de janeiro de 2013.

Ciência e Tecnologia, o rumo e a sinergia da transformação (continuação)

O caminho é longo e o desafio sem limites, mas a certeza do caminho certo empolga dedicação e investimentos. E foi a partir das ações do Sistema Público Estadual de Ciência, Tecnologia

e Inovação (CT&I), que o Amazonas começou a despontar como um dos Estados brasileiros que mais investiram na formação de pesquisadores doutores. Em dez anos de existência, a Fundação de

Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) acumulou 799 bolsas de doutorado concedidas, uma evolução de mais de 2.937% se considerado o número de 2003, ano da sua criação, quando foram

concedidas 26 bolsas. Em dez anos, a Fapeam já investiu mais de R\$ 346 milhões na pesquisa e formação de capital intelectual no Amazonas. Tudo isso exige parceiro e muita sinergia.

Escassez de cientistas e de cumplicidade

Ainda faltam, porém, cientistas; são escassos os tecnólogos, ausentes os protocolos de ordenamento dos marcos regulatórios, e precária a oferta de gestores e empreendedores que sistematizem projetos e parcerias, que levem adiante a evidência das novas perspectivas de bons resultados propiciados por numerosas unidades demonstrativas na produção de alimentos, serviços ambientais, oportunidades em todos os níveis e arranjos funcionais. Falta, sobretudo, cumplicidade, que começa

pela socialização da informação, das demandas, dos acertos e, inclusive, dos fracassos, na medida em que o somatório de inteligências e esforços são garantias efetivas de superação e ajustes. Essa conjunção de energias – a sinergia imperativa e inadiável – vai assegurar otimização de recursos, identificação de fragilidades, intercâmbio de sugestões e proposições de saídas, que vão motivar e autorizar o desembarque de novos apoios e de efetiva solidariedade institucional.

Sinergia, a força da comunhão



Os gregos esbanjavam precisão e clareza sempre que migravam conceitos da Física para explicitar fenômenos no cotidiano das Humanidades. É

o caso do conceito de sinergia, que ilustra com eloquência a amplitude as vantagens desse exercício de inteligência e elucidação. Usado na fisio-

logia para descrever ações interligadas na execução dos movimentos de sistemas, de elementos anatómicos ou biológicos, a sinergia se aplica nas ações de cunho social para destacar os resultados substantivos da coesão dos membros de um grupo ou da coletividade em prol de um objetivo comum. Sua antonímia, a propósito, de acordo com os dicionários, é mais eloquente ainda e se resume a um único conceito: a desinteligência. São magros, pois, e asnos, os resultados das ações solitárias. Com efeito, quando se trata de ações ou projetos de intervenção no bioma amazônico, por sua fragi-

lidade e complexidade, o axioma grego ganha estatuto de necessidade, fundado na comprovação empírica e histórica, e se configura como pano de fundo e requisito de sólidas parcerias como promessa e conquista de efetivos resultados. Tem sido assim.

A ZFM e o Plano B

Nesta semana, esteve em Manaus uma comitiva do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, uma instituição financeira criada, no âmbito das Américas, há mais de meio século, para o combate da pobreza e redução das desigualdades, comprometida em seu ideário com os parâmetros de crescimento socioeconômico na perspectiva da sustentabilidade. Na agenda de visitas aos vários

organismos e entidades locais – para a prospecção de parcerias interinstitucionais – o que mais chamou a atenção foi uma vontade coletiva, inexplicavelmente contida, de avançar no atendimento de um clamor generalizado de diversificação e interiorização da economia e da prosperidade. Uma convicção que, à luz da concentração de negócios na capital, se confirma na multiplicidade de

iniciativas, de atores e setores empenhados em estudar, propor e materializar projetos coerentes com as vocações econômicas fundadas nos insumos regionais. Um cardápio variado e estimulante de oportunidades na perspectiva daquilo que, à boca pequena, se está chamando de Plano B, em consonância ou por consequência, do modelo incentivado da Zona Franca de Manaus.